

- Nas questões a seguir, assinale, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em sua prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em sua prova, haja questão que demande conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Acerca do tratamento da nacionalidade brasileira na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- Ⓐ Brasileiros natos e naturalizados são equiparados para todos os efeitos, dado o princípio da isonomia, conforme o qual todos são iguais perante a lei.
- Ⓑ Filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro podem optar pela naturalização, desde que o façam antes da maioridade civil.
- Ⓒ É permitida a extradição de brasileiros naturalizados, respeitadas as condições previstas na CF.
- Ⓓ São considerados brasileiros natos apenas os nascidos em solo nacional.
- Ⓔ A naturalização é concedida exclusivamente a portugueses tutelados pelo Estatuto da Igualdade, caso haja reciprocidade em favor dos brasileiros.

QUESTÃO 2

Assinale a opção correta com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados e garantidos pela CF.

- Ⓐ É absolutamente proibida a aplicação de pena de morte ou de prisão perpétua em todo o território nacional e a qualquer tempo.
- Ⓑ Diferentemente do direito de propriedade, o direito de herança não é garantido pelas normas constitucionais.
- Ⓒ É dever do Estado promover a defesa dos direitos do consumidor na forma da lei.
- Ⓓ O *habeas data* é o instituto adequado para a garantia da liberdade de acusados de prática criminal se não configurado flagrante delito.
- Ⓔ É vedada a concessão de asilo político para nacionais de Estados com os quais o Brasil tenha relação diplomática.

QUESTÃO 3

Acerca da medida provisória, espécie de norma jurídica prevista na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitida a edição de medida provisória para a instituição ou a majoração de tributos de pessoa física.
- Ⓑ A apreciação das medidas provisórias inicia-se no Senado Federal.
- Ⓒ Permite-se a edição de medidas provisórias concernentes a matéria de direito eleitoral.
- Ⓓ A medida provisória constitui forma de elaboração legislativa excepcional, admitida somente para tratar de matérias consideradas de urgência e de relevância.
- Ⓔ É permitida a edição de medidas provisórias que tratem dos direitos do acusado em matéria penal e processual penal.

QUESTÃO 4

Com referência à estrutura e ao funcionamento do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) são nomeados pelo presidente da República após aprovação do Congresso Nacional.
- Ⓑ É permitido aos servidores do Poder Judiciário cumprir atos de expediente, sendo-lhes vedado realizar atos administrativos.
- Ⓒ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão do Poder Executivo, embora atue como instância correccional do Poder Judiciário.
- Ⓓ São garantias da magistratura a inamovibilidade, a irredutibilidade de subsídios e a vitaliciedade.
- Ⓔ O Tribunal de Contas da União é órgão superior do Poder Judiciário.

QUESTÃO 5

Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- Ⓐ a independência nacional.
- Ⓑ a solução pacífica de conflitos.
- Ⓒ a autodeterminação dos povos.
- Ⓓ a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- Ⓔ a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

QUESTÃO 6

Acerca das competências do presidente da República, assinale a opção correta.

- Ⓐ A nomeação dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho realizada pelo presidente da República depende da aprovação da Câmara dos Deputados.
- Ⓑ Compete ao presidente da República exercer o comando supremo das Forças Armadas.
- Ⓒ A celebração de tratados, convenções e atos internacionais pelo presidente da República está sujeita a referendo do Senado Federal.
- Ⓓ Cabe ao presidente da República, de forma discricionária, nomear embaixadores.
- Ⓔ A nomeação e a exoneração de ministros de Estado pelo presidente da República dependem da aprovação do Congresso Nacional.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta a respeito dos princípios da administração pública.

- A** Em decorrência do princípio da hierarquia, nega-se o direito de greve e de livre associação sindical para funcionários do Poder Judiciário.
- B** Em decorrência do princípio da legalidade, é permitido ao agente público praticar atos administrativos que não sejam expressamente proibidos pela lei.
- C** A observância dos princípios da eficiência e da legalidade é obrigatória apenas à administração pública direta.
- D** A proibição de nomear parentes para ocupar cargos comissionados na administração pública é expressão da aplicação do princípio da moralidade.
- E** O princípio da publicidade não está expressamente previsto na CF.

QUESTÃO 8

Acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A** Brasileiros naturalizados podem votar e concorrer a quaisquer cargos políticos.
- B** Senadores e governadores de estado e do Distrito Federal se equiparam no que se refere à idade mínima exigida como condição de elegibilidade.
- C** O voto, obrigatório para maiores de dezoito anos de idade, é facultativo para aqueles cujos direitos políticos tenham sido suspensos em decorrência de condenação criminal transitada em julgado.
- D** O voto é obrigatório para analfabetos maiores de dezoito anos de idade.
- E** Embora possam exercer o direito ao voto, os analfabetos são impedidos de concorrer nas eleições.

QUESTÃO 9

A respeito da composição e das finalidades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta.

- A** O CNJ é presidido pelo presidente do STF e, na sua ausência e(ou) impedimento, pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- B** O ministro-corregedor do CNJ é eleito pelos seus pares entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça para mandato fixo de três anos.
- C** Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- D** O número de membros do CNJ não pode ser superior ao número de ministros do STF.
- E** Embora sejam vitalícios, os membros do CNJ devem aposentar-se compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade.

QUESTÃO 10

No que se refere às emendas à CF, assinale a opção correta.

- A** É vedada a proposta de emenda à Constituição que trate de matéria referente à ordem tributária.
- B** A CF pode ser emendada na vigência de intervenção federal, mas não na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.
- C** A iniciativa das emendas à Constituição compete somente ao presidente da República ou à maioria qualificada de qualquer das Casas do Congresso.
- D** Emenda à Constituição pode versar sobre a abolição da forma federativa de Estado.
- E** A proposta de emenda à Constituição deve ser examinada, em dois turnos, em ambas as Casas do Congresso Nacional, sendo necessários, para sua aprovação, três quintos de votos de seus respectivos membros.

QUESTÃO 11

Acerca das atribuições do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, assinale a opção correta.

- A** Incumbe privativamente à Câmara dos Deputados a indicação dos membros representativos do Poder Legislativo no CNJ.
- B** Cabe ao Senado Federal, independentemente de manifestação da Câmara dos Deputados, a aprovação dos tratados firmados pelo Poder Executivo.
- C** Compete privativamente ao Senado Federal a apreciação do nome indicado pelo presidente da República para procurador-geral da República.
- D** A abertura de processo de *impeachment* contra o presidente da República é de competência exclusiva do Senado Federal.
- E** Cabe exclusivamente ao Senado Federal a indicação de ministros do Tribunal de Contas da União, que deve ser referendada pelo presidente da República.

QUESTÃO 12

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** Incumbe ao Ministério Público, entre outras importantes delegações constitucionais, a defesa do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.
- B** O advogado-geral da União, chefe da AGU, é eleito pelos seus pares para mandato de dois anos não renováveis.
- C** Incumbe ao Ministério Público, por delegação constitucional, representar a União, judicial e extrajudicialmente, defendendo o Estado e a sociedade.
- D** Em execução de dívida ativa de natureza tributária, a União é representada pela Advocacia Geral da União (AGU) ou pelo Ministério Público, nos estados em que não esteja instalada a AGU.
- E** Embora elabore sua própria proposta orçamentária, o Ministério Público não goza de autonomia funcional e administrativa, estando vinculado às instâncias formais do Poder Judiciário.

QUESTÃO 13

Considerando que determinado órgão da União deseje contratar, por meio de pregão, serviços de reprografia e digitalização de documentos, acrescido da manutenção de todo o maquinário necessário, assinale a opção correta com base na legislação relativa ao pregão.

- A** O parâmetro de julgamento e classificação das propostas do pregão deve ser o de melhor técnica.
- B** Nesse caso, o órgão está obrigado a realizar a modalidade eletrônica do pregão.
- C** O órgão só poderá optar pelo pregão se os serviços forem considerados comuns.
- D** Somente servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente do órgão poderão integrar a equipe de apoio na realização do pregão.
- E** Não se admitirá a utilização do pregão caso a administração opte por realizar a contratação dos serviços pelo sistema de registro de preços.

QUESTÃO 14

Assinale a opção que apresenta corretamente o ato administrativo considerado manifestação finalística da administração em sentido material.

- A** contratação de mão de obra para serviços de limpeza de prédio público
- B** contratação de mão de obra para serviços de recepcionista de prédio público
- C** contratação de mão de obra para serviços de vigilância de prédio público
- D** concessão para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens
- E** nomeação de aprovado em concurso público para cargo na administração pública

QUESTÃO 15

Com base nas disposições constitucionais e no regime jurídico referentes à administração indireta, assinale a opção correta.

- A** Os conselhos profissionais são considerados autarquias profissionais ou corporativas.
- B** Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), a nomeação dos presidentes das entidades da administração pública indireta independe de aprovação prévia do Senado Federal.
- C** As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- D** O consórcio público integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados, ainda que detenha personalidade jurídica de direito público.
- E** Existe relação de hierarquia entre a autarquia e o ministério que a supervisiona.

QUESTÃO 16

A autarquia

- A** é pessoa jurídica de direito público.
- B** inicia-se com a inscrição de seu ato constitutivo em registro público.
- C** subordina-se ao ente estatal que a instituir.
- D** é uma entidade de competência política, desprovida de caráter administrativo.
- E** integra a administração pública direta.

QUESTÃO 17

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade civil objetiva das concessionárias e permissionárias de serviços públicos abrange somente as relações jurídicas entre elas e os usuários dos serviços públicos.
- B** A responsabilidade civil objetiva aplica-se a todas as pessoas jurídicas de direito público.
- C** O princípio da pessoalidade é o que orienta a responsabilidade civil do Estado.
- D** As pessoas jurídicas de direito público não se responsabilizam pelos danos causados por seus agentes.
- E** A responsabilidade da administração pública será sempre objetiva.

QUESTÃO 18

Assinale a opção correta, a respeito dos poderes da administração.

- A** A autoexecutoriedade inclui-se entre os poderes da administração.
- B** A existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos é expressão do poder discricionário.
- C** Poder disciplinar da administração pública e poder punitivo do Estado referem-se à repressão de crimes e contravenções tipificados nas leis penais.
- D** O poder regulamentar refere-se às competências do chefe do Poder Executivo para editar atos administrativos normativos.
- E** O poder de polícia não se inclui entre as atividades estatais administrativas.

QUESTÃO 19

A respeito do poder de polícia, assinale a opção correta.

- A** A competência, a finalidade, a forma, a proporcionalidade e a legalidade dos meios empregados pela administração são atributos do poder de polícia.
- B** O poder de polícia, quanto aos fins, pode ser exercido para atender a interesse público ou particular.
- C** O exercício do poder de polícia pode ser delegado a entidades privadas.
- D** A atuação do poder de polícia restringe-se aos atos repressivos.
- E** Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva da administração pública federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia.

QUESTÃO 20

No que diz respeito aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** Permite-se que os gestores locais do Sistema Único de Saúde admitam agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de contratação direta.
- B** Não se permite o acesso de estrangeiros não naturalizados a cargos, empregos e funções públicas.
- C** O prazo de validade de qualquer concurso público é de dois anos, prorrogável por igual período.
- D** As funções de confiança somente podem ser exercidas pelos servidores ocupantes de cargo efetivo.
- E** Como os cargos em comissão destinam-se à atribuição de confiança, não há previsão de percentual mínimo de preenchimento desses cargos por servidores efetivos.

QUESTÃO 21

Assinale a opção correta acerca do controle legislativo dos atos administrativos.

- A A celebração de convênio entre estado e município exige autorização prévia do Poder Legislativo estadual e municipal.
- B Exige-se autorização legislativa para a desapropriação, pelos estados, dos bens de domínio da União.
- C Compete privativamente ao Senado Federal apreciar atos de concessão de emissoras de televisão.
- D Depende de autorização legislativa apenas a alienação de bens imóveis das pessoas jurídicas da administração direta.
- E Encampação refere-se à retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão.

QUESTÃO 22

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.
- B Apenas o Poder Executivo, no exercício de suas funções, pode praticar atos administrativos.
- C Mesmo quando atua no âmbito do domínio econômico, a administração pública reveste-se da qualidade de poder público.
- D Para a formação do ato administrativo simples, é necessária a manifestação de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.
- E Define-se ato nulo como ato em desconformidade com a lei ou com os princípios jurídicos, passível de convalidação.

QUESTÃO 23

No que diz respeito às espécies de ato administrativo, assinale a opção correta.

- A A homologação é ato unilateral e vinculado pelo qual a administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.
- B Decreto é ato exclusivamente geral emanado do chefe do Poder Executivo.
- C Licença é o ato administrativo bilateral e vinculado por meio do qual a administração pública faculta ao particular o exercício de determinada atividade.
- D A admissão é o ato discricionário e unilateral pelo qual a administração reconhece ao particular que preencha os requisitos legais o direito à prestação de um serviço público.
- E Parecer é ato opinativo e vinculante pelo qual os órgãos consultivos da administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.

QUESTÃO 24

A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- A Em decorrência do princípio da autotutela, apenas o Poder Judiciário pode revogar atos administrativos.
- B O princípio da indisponibilidade do interesse público e o princípio da supremacia do interesse público equivalem-se.
- C Estão expressamente previstos na CF o princípio da moralidade e o da eficiência.
- D O princípio da legalidade visa garantir a satisfação do interesse público.
- E A exigência da transparência dos atos administrativos decorre do princípio da eficiência.

QUESTÃO 25

Acerca dos princípios e das fontes do direito do trabalho, assinale a opção correta.

- A A aplicação do *in dubio pro operario* decorre do princípio da proteção.
- B As fontes formais correspondem aos fatores sociais que levam o legislador a codificar expressamente as normas jurídicas.
- C Dado o princípio da realidade expressa, deve-se reconhecer apenas o que está demonstrado documentalmente nos autos processuais.
- D Em decorrência do princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas, o empregador não pode interferir nos direitos dos seus empregados, salvo se expressamente acordado entre as partes.
- E O princípio da razoabilidade não se aplica ao direito do trabalho.

QUESTÃO 26

Com base no disposto na CF, assinale a opção correta em relação aos direitos trabalhistas.

- A Admite-se o trabalho formal de menores de dezesseis anos de idade na condição de aprendiz.
- B Depende de previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho a remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.
- C É assegurado ao empregado o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- D O período do aviso prévio é sempre de trinta dias, cessando-se no dia do comparecimento do empregado ao seu respectivo sindicato.
- E O trabalhador rural não pode ser beneficiário do seguro-desemprego.

QUESTÃO 27

No que concerne à relação de emprego, aos poderes do empregador e ao contrato individual de trabalho, assinale a opção correta.

- A Na relação trabalhista, o poder de direção do empregador é ilimitado.
- B A prestação de serviços é o bem jurídico tutelado e, por isso, o objeto mediato do contrato individual de trabalho.
- C O termo “contrato de atividade” vincula-se ao fato de as prestações serem equivalentes.
- D Não se reconhece relação de emprego fundamentada em acordo tácito.
- E A continuidade e a subordinação são requisitos da relação empregatícia.

QUESTÃO 28

Acerca da alteração e da rescisão do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A No caso de ofensa, pelo empregador, da integridade física do empregado, a rescisão indireta do contrato de trabalho está condicionada ao registro de ocorrência policial.
- B A transferência do local de trabalho é ato discricionário do empregador e, portanto, independe de consentimento do empregado.
- C A transferência do endereço laboral não se vincula ao consentimento ou domicílio do empregado.
- D A extinção do estabelecimento em que o empregado tiver sido inicialmente alocado enseja a aplicação de demissão por justa causa.
- E É lícito ao empregador reverter o empregado investido em função de confiança ao cargo por ele anteriormente ocupado.

QUESTÃO 29

Em relação à rescisão, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A** É permitido ao empregado deixar de comparecer ao trabalho para fins de alistamento eleitoral.
- B** A doação voluntária de sangue não pode ser utilizada pelo empregado como justificativa para a ausência no trabalho.
- C** O empregado representante de entidade sindical pode se ausentar do serviço para os fins que julgar necessários, sem prejuízo de sua remuneração trabalhista.
- D** Ao empregado afastado que retornar ao trabalho é vedada a aplicação de vantagens e benefícios concedidos a sua categoria durante sua ausência.
- E** O afastamento do empregado em decorrência de convocação para o serviço militar autoriza o empregador a rescindir o contrato de trabalho.

QUESTÃO 30

Considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho acerca do salário mínimo, assinale a opção correta.

- A** O empregado doméstico pode receber remuneração trabalhista inferior ao salário mínimo quando lhe forem supridas diretamente pelo empregador necessidades normais de alimentação, habitação, higiene e transporte.
- B** Presume-se válido o contrato de trabalho que estipule remuneração inferior a um salário mínimo.
- C** Embora o pagamento de salário inferior ao mínimo estipulado em lei não resulte aplicação de sanções ao empregador, estará ele sujeito à reclamação trabalhista pelo empregado.
- D** Dada a definição de salário mínimo em contrato de trabalho, afasta-se a possibilidade de distinção de remuneração em razão do sexo.
- E** Em se tratando de ajustamento de salário por empreitada, pode a remuneração diária do trabalhador, ao final do serviço, ser proporcionalmente inferior à do salário mínimo diário.

QUESTÃO 31

Em relação ao direito às férias do empregado de empresa privada, assinale a opção correta.

- A** A escolha do período concessivo das férias é ato discricionário do empregado.
- B** Ao empregado é facultado o direito de converter parte do período de férias em abono pecuniário.
- C** Não se admitem, completado o período aquisitivo, férias proporcionais.
- D** O período de trabalho apurado antes da apresentação do empregado ao serviço militar não pode ser considerado período aquisitivo de férias.
- E** Não há relação entre a percepção de benefícios da previdência social pelo empregado e seu direito às férias.

QUESTÃO 32

No que se refere ao 13.º salário, assinale a opção correta.

- A** Havendo rescisão do contrato de trabalho, independentemente da causa, caberá ao empregado percepção do 13.º salário, em valor proporcional ao tempo total de serviço do trabalhador.
- B** O 13.º salário deve ser pago até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.
- C** Caso resolva adiantar o pagamento do 13.º salário, o empregador deve realizar o pagamento a todos os empregados no mesmo vencimento.
- D** O 13.º salário deve ser pago em única parcela.
- E** Para a apuração do 13.º salário, utiliza-se como base o mês de serviço, sendo a fração de quinze dias ou mais considerada mês integral.

QUESTÃO 33

A respeito da prescrição e da decadência no direito do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Não se aplica a prescrição contra os menores de dezoito anos de idade.
- B** Prescrição refere-se ao prazo quinquenal para a propositura da ação trabalhista.
- C** O prazo de decadência refere-se à reclamação das verbas rescisórias, sendo de dois anos.
- D** Os prazos de prescrição e decadência não podem ser suspensos ou interrompidos.
- E** Inicia-se a contagem da prescrição na data da assinatura do contrato de trabalho.

QUESTÃO 34

Acerca das comissões de conciliação prévia, assinale a opção correta.

- A** Membro suplente dos empregados de comissão de conciliação prévia não possui estabilidade.
- B** Qualquer demanda trabalhista pode ser objeto de discussão em comissão de conciliação prévia.
- C** Será descontado da sua folha de pagamento o valor equivalente ao período em que empregado designado a atuar como conciliador em data de expediente esteve ausente do trabalho.
- D** As comissões de conciliação prévia são necessariamente compostas pelo sindicato dos empregados e pelo sindicato dos empregadores.
- E** O mandato dos membros das comissões de conciliação prévia é de dois anos, vedada a recondução.

QUESTÃO 35

No que se refere a segurança e medicina do trabalho, atividades perigosas ou insalubres, assinale a opção correta.

- A** A função de motociclista não é considerada atividade perigosa, por falta de previsão legal.
- B** Matérias relativas à insalubridade e à periculosidade não podem ser objeto de ação trabalhista.
- C** Recebida a classificação pelo órgão competente, é vedada a realização de atos que visem eliminar ou neutralizar a insalubridade do ambiente de trabalho.
- D** A Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho é o órgão responsável pela notificação de empresas em que seja constatado o exercício de atividades insalubres.
- E** A exposição e o manuseio contínuos de artigos inflamáveis pelo empregado podem ser considerados atividades perigosas.

QUESTÃO 36

Considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho acerca da proteção ao trabalho da mulher, da estabilidade da gestante e da licença-maternidade, assinale a opção correta.

- A** O empregador não tem direito de exigir de empregada exame ou atestado médico com vistas a constatar gravidez ou infertilidade.
- B** É admissível a prorrogação ininterrupta do horário normal de expediente da empregada se o trabalho extraordinário não exceder a três horas.
- C** Constitui motivo de demissão por justa causa o fato de a mulher encontrar-se em estado de gravidez não declarado quando de sua admissão.
- D** O prazo de licença-maternidade é de cento e vinte dias, descontados os dias em que a gestante tiver se afastado para fins de acompanhamento do seu período gestacional.
- E** A proteção especial ao trabalho da mulher não se estende a empresas familiares em que ela atue como empregada.

QUESTÃO 37

Acerca da jornada de trabalho, assinale a opção correta.

- A** É facultado ao empregador reduzir unilateralmente a jornada de trabalho.
- B** Não se admite pagamento diferenciado de salário a empregados com a mesma função, e jornadas de trabalho distintas.
- C** Mesmo que previsto em contrato, a jornada de trabalho do empregado privado não poderá exceder as oito horas diárias.
- D** Caso o empregador forneça a condução, o tempo de deslocamento até o local de trabalho pode ser contado como período de expediente.
- E** São admitidas variações de até trinta minutos no registro de ponto, sem prejuízo ao salário e ao pagamento de horas extras, observado o limite diário de quarenta e cinco minutos.

QUESTÃO 38

Com relação à organização e à competência da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Compete à justiça do trabalho julgar demandas relacionadas à contratação de pessoal temporário para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- B** A competência da vara trabalhista é determinada pela localidade onde o empregado foi contratado, não importando se este prestou serviços ao empregador em outro local.
- C** Nas varas do trabalho, exercem a jurisdição um juiz presidente e um juiz auxiliar.
- D** Assim como ocorre na justiça comum, na justiça do trabalho há varas especializadas.
- E** Os oficiais de justiça desempenham atos determinados pelo juiz da vara, devendo os mandados judiciais ser cumpridos em até nove dias.

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta a respeito dos princípios gerais do processo trabalhista.

- A** Dado o princípio da oralidade aplicável ao processo laboral, o juiz deverá propor a conciliação antes da abertura da audiência.
- B** O devido processo legal é princípio aplicável ao processo trabalhista e garante a celeridade no andamento do processo.
- C** Configura hipótese de aplicação do princípio da proteção no processo do trabalho a regra de que o não comparecimento do reclamante à audiência importa no arquivamento da reclamação.
- D** Caracteriza o princípio da simplificação de procedimentos a norma que permite aos empregadores reclamar pessoalmente perante a justiça do trabalho e acompanhar as suas reclamações durante todo o processo, inclusive interpor recursos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), independentemente de advogado.
- E** Decorre do princípio da adstrição ou congruência, aplicável ao processo do trabalho, o fato de o juiz poder determinar o pagamento de indenização a empregado estável que tiver pedido apenas reintegração, se houver incompatibilidade de retorno ao serviço.

QUESTÃO 40

No que concerne aos atos, termos e prazos processuais na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** As certidões dos processos que correrem em segredo de justiça deverão ser lavradas pelos escrivães ou chefes de secretaria, independentemente de despacho do juiz da vara.
- B** A comunicação processual dirigida à autoridade judiciária de outro tribunal no território nacional é feita mediante carta rogatória.
- C** A justiça do trabalho prevê a intimação como forma de comunicação dos atos processuais.
- D** As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm o prazo de vinte dias, contados a partir da data da intimação inicial, para comparecer à audiência inicial de conciliação para apresentação da defesa.
- E** Caso o interessado seja notificado no sábado, o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato, devendo a contagem do prazo iniciar-se no dia subsequente.

QUESTÃO 41

Acerca de partes, proteção do trabalho do menor, procuradores, representação processual e assistência judiciária no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Aos dezesseis anos de idade, o menor não assistido por seus pais pode firmar contrato de trabalho, receber salário e dar quitação ao empregador na rescisão do contrato de trabalho.
- B** Para regular representação da União em juízo, o advogado da União precisa juntar instrumento de mandato.
- C** É vedado aos juízes do trabalho conceder, de ofício, o benefício da justiça gratuita àqueles que percebem salário inferior ao dobro do mínimo legal.
- D** A capacidade postulatória diz respeito à possibilidade de a pessoa se apresentar em juízo como autor e réu, ocupando um dos polos do processo.
- E** No processo do trabalho, é facultado à parte se fazer representar em juízo; o empregador pode se fazer representar por preposto, tanto no dissídio individual quanto no coletivo.

QUESTÃO 42

Com relação a exceções e audiências no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** As audiências devem ser realizadas em dias úteis previamente fixados, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- B** Exceção é defesa contra vícios do processo que impedem seu desenvolvimento normal e, portanto, discute o mérito da questão.
- C** Em decorrência do objetivo da celeridade processual, é vedada a realização de audiência em processos que sigam o procedimento sumaríssimo.
- D** O juiz, as partes e as testemunhas deverão comparecer à audiência designada pelo juízo, havendo tolerância de quinze minutos para que as partes e testemunhas compareçam.
- E** O não comparecimento do reclamado a audiência de conciliação resultará em extinção do processo sem resolução de mérito.

QUESTÃO 43

Com referência às provas do processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** O juiz é obrigado a interrogar as partes para firmar o seu convencimento sobre os fatos alegados.
- B** Quando a parte admite a verdade de um fato de forma não espontânea, ocorre a confissão ficta, que gera presunção absoluta de veracidade.
- C** Se o reclamante requerer em juízo o reconhecimento do vínculo empregatício e a reclamada negar a existência de tal vínculo, será do empregador o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito.
- D** A produção da prova pericial no processo do trabalho somente pode ser determinada de ofício pelo juiz.
- E** As partes deverão provar os fatos e o direito para saírem vencedoras da demanda judicial.

QUESTÃO 44

No que diz respeito ao dissídio individual trabalhista, assinale a opção correta.

- A** É inadmissível que o juiz indefira pleito liminar contido na petição inicial antes da expedição da notificação do reclamado pela secretaria da vara.
- B** Na petição inicial da reclamação trabalhista, é necessário que o reclamante requeira a citação do reclamado.
- C** Após a distribuição da reclamação verbal, o reclamante que desejar reduzi-la a termo deverá apresentar-se, no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, sob pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a justiça do trabalho.
- D** Nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, é facultado ao reclamante não indicar o valor da causa.
- E** É inadmissível o aditamento da petição inicial antes da apresentação da defesa do reclamado.

QUESTÃO 45

A respeito do procedimento sumaríssimo aplicado à justiça trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Depois de intimadas, as testemunhas de cada parte, no máximo três, deverão comparecer à audiência de instrução e julgamento.
- B** Dado o princípio da celeridade, não se admite prova técnica pericial no procedimento sumaríssimo.
- C** Em procedimento sumaríssimo, não se admite recurso de revista que invoque contrariedade a orientação jurisprudencial do TST.
- D** Submetem-se ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais e coletivos cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- E** Empresa pública não pode ser parte em demanda submetida a procedimento sumaríssimo perante a justiça do trabalho.

QUESTÃO 46

Em relação a sentença, coisa julgada e liquidação de sentença trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Caso tenha sido proferida na audiência de instrução processual e nenhuma das partes tenha comparecido em juízo, a sentença será considerada publicada nesse ato.
- B** A verdade dos fatos prevista na sentença faz coisa julgada formal e material.
- C** Como a liquidação de sentença é fase prévia à execução, é possível se discutir matéria pertinente à causa principal.
- D** Na liquidação de sentença por cálculos, os elementos ainda não estão integralmente nos autos, devendo as partes apresentar prova dos fatos para fixação do valor devido.
- E** Em face da simplicidade do processo do trabalho, é desnecessário que a sentença trabalhista contenha os fundamentos da decisão, podendo o juiz indicar apenas o resumo do pedido e suas conclusões.

QUESTÃO 47

Acerca de execução trabalhista, assinale a opção correta.

- A** É possível a penhora de salário, desde que não ultrapasse quarenta por cento do seu valor bruto.
- B** O mandado de citação do executado, a ser cumprido pelo oficial de justiça, deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.
- C** Se, depois de procurado por duas vezes, o executado não for encontrado, o curso da execução deverá ser suspenso e, decorrido o prazo máximo de um ano, sem que seja localizado o devedor, o juiz deverá ordenar o arquivamento dos autos.
- D** O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante prestação de serviços à comunidade.
- E** Realizada a penhora de determinado bem para satisfazer a execução, não cabe à parte executada requerer a substituição da penhora.

QUESTÃO 48

Acerca dos embargos à execução no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Não se admite prova testemunhal nos embargos à execução.
- B** O oferecimento dos embargos por um dos devedores suspende a execução contra os que não embargaram, mesmo que o fato e o fundamento refiram-se exclusivamente ao embargante.
- C** Os embargos à execução têm natureza jurídica de defesa do devedor contra a constrição de seus bens.
- D** Não se admite alegação de compensação nos embargos à execução.
- E** A admissão dos embargos à execução está condicionada à garantia do juízo pelo embargante, seja este pessoa jurídica de direito público ou privado.

QUESTÃO 49

No que se refere a recursos trabalhistas, assinale a opção correta.

- A** O preposto tem poderes para representar o empregador e, portanto, possui legitimidade para assinar o recurso interposto pela empresa reclamada.
- B** Se o juiz indeferir a petição inicial por inépcia, mesmo sendo decisão terminativa que extinga o processo sem julgamento de mérito, caberá a interposição de recurso ordinário.
- C** Do despacho de denegação de seguimento a recurso interposto pela parte, caberá agravo de petição.
- D** Os embargos de declaração serão cabíveis quando a sentença contiver obscuridade ou omissão, cabendo a parte embargante realizar o depósito recursal e pagar as custas processuais no ato da oposição.
- E** Os recursos trabalhistas têm como regra o duplo efeito, devolutivo e suspensivo.

QUESTÃO 50

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mantém e atualiza o banco de boas práticas e ideias para o judiciário (BPIJus), com o intuito de promover a divulgação e o compartilhamento de práticas e ideias inovadoras para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais. Assinale a opção que apresenta uma fonte do BPIJus.

- A** conselhos do Poder Executivo
- B** chefe do Poder Judiciário
- C** conselhos do Poder Judiciário
- D** chefe do Poder Executivo
- E** conselhos do Poder Legislativo

QUESTÃO 51

De acordo com a Resolução n.º 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), metas de medição periódicas

- A** referem-se a um conjunto formado pelas metas de medição continuada e pelas metas de medição periódica.
- B** são aplicáveis aos órgãos do Poder Judiciário e acompanhadas pelo CNJ, órgão que verifica, durante a vigência da estratégia nacional, se essas metas estão sendo cumpridas nos períodos predefinidos.
- C** referem-se a um repositório de sugestão de desempenho institucional e de iniciativas — programa, projetos e operações.
- D** são orientações ou instruções que servem para orientar a execução da estratégia nacional ou o cumprimento de uma meta ou de uma iniciativa estratégica.
- E** referem-se a um programa, um projeto ou uma operação alinhado à estratégia nacional do Poder Judiciário.

QUESTÃO 52

Os valores estabelecidos para a efetivação das despesas autorizadas deverão ser proporcionais aos valores previstos para a arrecadação das receitas. Essa afirmativa faz referência ao princípio orçamentário do(a)

- A** equilíbrio.
- B** exclusividade.
- C** orçamento bruto.
- D** proibição e estorno.
- E** programação.

QUESTÃO 53

Na fase do planejamento do ciclo PDCA,

- A** realiza-se uma verificação bem detalhada do alcance dos objetivos.
- B** os resultados obtidos são monitorados e confrontados com os resultados previstos no planejamento.
- C** é necessário realizar todas as atividades que foram previstas no plano de ação.
- D** é necessário executar as ações previstas nas avaliações e nos relatórios relativos aos processos e, quando necessário, traçar novos planos de ação para melhorar ou padronizar esses processos.
- E** são estabelecidos os objetivos e definidas as metas para a execução do plano de ação.

QUESTÃO 54

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), cabe ao Poder Executivo estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, bem como publicar um relatório resumido da execução orçamentária após o encerramento de cada bimestre no prazo de até

- A** quarenta e cinco dias.
- B** sessenta dias.
- C** noventa dias.
- D** trinta e cinco dias.
- E** trinta dias.

QUESTÃO 55

Conforme a CF, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais deverão ser apreciados, na forma do regimento comum, pelo(a)

- A** Câmara Federal e pela Presidência da República.
- B** Senado Federal e pela Procuradoria-Geral da República.
- C** Câmara Federal e pelo Senado Federal.
- D** Câmara Federal e pelo Tribunal de Contas da União.
- E** Tribunal de Contas da União e pelo Senado Federal.

QUESTÃO 56

Considerando-se que, na gestão de estoque, o tempo de reposição pode ser dividido nas fases emissão do pedido, preparação do pedido e transporte, é correto afirmar que a fase de preparação do pedido refere-se ao tempo que compreende

- A** a verificação do estoque, a emissão do pedido e a chegada do produto ao cliente final.
- B** a emissão e a entrega do pedido ao fornecedor.
- C** a saída e o transporte do produto para o cliente, o recebimento e o armazenamento do produto.
- D** o recebimento do pedido, a fabricação e a separação do produto, a emissão do faturamento e o armazenamento do produto para o transporte.
- E** o envio do produto pelo fornecedor até a sua entrega ao cliente final.

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta que apresenta o tipo de orçamento moderno, que enfatiza a vinculação entre planejamento e orçamento e o estabelecimento de metas e objetivos.

- A** orçamento participativo
- B** orçamento de desempenho ou por realização
- C** orçamento tradicional
- D** orçamento de base zero
- E** orçamento-programa

QUESTÃO 58

Servidor público que, no exercício das suas funções, atende um cidadão de forma cordial e transmite-lhe informações completas age em conformidade com o requisito da

- A** tolerância.
- B** discrição e respeito.
- C** conduta adequada.
- D** apresentação.
- E** comunicabilidade.

QUESTÃO 59

No que se refere à importância dos produtos, assinale a opção que apresenta a sequência correta da classificação tradicional da curva ABC.

- A** A (menos importantes); B (mais importantes); C (intermediários)
- B** A (mais importantes); B (intermediários); C (menos importantes)
- C** A (menos importantes); B (intermediários); C (mais importantes)
- D** A (mais importantes); B (menos importantes); C (intermediários)
- E** A (intermediários); B (mais importantes); C (menos importantes)

QUESTÃO 60

Assinale a opção que apresenta tipos de dados necessários para o cálculo do ponto de pedido, ou seja, a quantidade de estoque que, quando alcançada, indica o momento de providenciar um novo pedido de compra.

- A** consumo médio mensal, estoque máximo e tempo de reposição
- B** tempo de reposição, estoque mínimo e giro de estoque
- C** consumo médio mensal, giro de estoque e estoque segurança
- D** tempo de reposição, giro de estoque e estoque máximo
- E** consumo médio mensal, tempo de reposição e estoque mínimo

Espaço livre